

Pesquisa e Ações em Saúde Pública

Edição XXVI

Capítulo 6

RELATO DE EXPERIÊNCIA: ACOLHIMENTO E PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES DA CASA DA MULHER BRASILEIRA EM TERESINA

PEDRO HENRICKY SOUZA MARINHO¹
ANA MARIA FURTADO DE OLIVEIRA²
MARIA FERNANDA ALVES DA SILVA²
ALANY MARIA DA SILVA ALENCAR PEREIRA³
LAURA DEDITE RODRIGUES NASCIMENTO³
ELISÂNGELA DE NATAL ABREU PINHEIRO FILHA²
GEYNA CLIVIA CINTRA CARVALHO²
JUSSARA DE AQUINO GOMES²
EUANNE DE SÁ PONCION²
SARAH MARIA ALVES DE SOUSA²

¹Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Maurício de Nassau Jóquei (UNINASSAU);

²Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Maurício de Nassau Teresina Sul (UNINASSAU);

³Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA)

Palavras-Chave: Psicologia Jurídica; Violência de Gênero; Acolhimento Institucional.

DOI

P EDITORA
PASTEUR

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é uma problemática social profundamente enraizada em estruturas históricas, culturais e políticas, que afeta milhões de mulheres em todo o mundo. No contexto brasileiro, essa realidade se torna ainda mais preocupante diante de índices alarmantes de feminicídio, violência doméstica, abuso psicológico e outras formas de violação dos direitos das mulheres. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil registra um feminicídio a cada sete horas (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021), revelando uma crise estrutural de gênero que exige ações emergenciais e políticas públicas eficazes.

Ao longo da história, a construção social da mulher esteve marcada pela subordinação e exclusão dos espaços de poder. Tais aspectos são reforçados por sistemas patriarcais que mantêm a desigualdade entre os gêneros e naturalizam práticas violentas. A violência contra a mulher, portanto, não se trata de um fenômeno isolado, mas de uma manifestação das relações sociais assimétricas.

Com o avanço das lutas feministas, conquistas legislativas e institucionais como a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) fortaleceram o combate à violência de gênero. Entretanto, a efetivação dessas políticas ainda enfrenta obstáculos como falta de recursos e capacitação dos profissionais da rede de apoio.

A criação da Casa da Mulher Brasileira (CMB), no âmbito do Programa Mulher: Viver sem Violência (BRASIL, 2013), representa uma iniciativa inovadora ao integrar, em um único espaço, serviços de acolhimento, defesa e atendimento psicossocial. Este estudo tem como objetivo relatar e analisar, sob a ótica acadêmico-formativa, uma visita técnica à unidade da

CMB em Teresina-PI, destacando suas implicações para a formação em Psicologia.

MÉTODO

Trata-se de um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, fundamentado no relato de uma experiência acadêmica. A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma visita técnica à Casa da Mulher Brasileira (CMB), em Teresina-PI, promovida pela Liga Acadêmica de Psicologia Jurídica (LAPJ), vinculada ao curso de Psicologia da Faculdade Maurício de Nassau (UNINASSAU).

Participaram dez estudantes de Psicologia, todos integrantes da LAPJ, selecionados de forma voluntária. A visita ocorreu no dia 16 de abril de 2025, mediante autorização da coordenação da CMB, respeitando os princípios éticos da profissão e o Código de Ética do Psicólogo (CFP, 2019). A atividade foi conduzida sob supervisão docente, com o objetivo de observar o funcionamento da instituição e compreender o papel do psicólogo no acolhimento de mulheres em situação de violência.

PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados, foram utilizados três instrumentos complementares:

- Roteiro de observação semiestruturado — elaborado com base nas diretrizes do Conselho Federal de Psicologia e na literatura sobre acolhimento institucional, voltado à análise das dinâmicas de escuta, articulação intersetorial e fluxo de atendimento das usuárias;
- Entrevistas informais com profissionais da CMB, realizadas de modo espontâneo, a fim de compreender o funcionamento institucional e as principais demandas observadas;
- Pesquisa bibliográfica nas bases SciELO e PePSIC, com os descritores “violência domésti-

ca”, “acolhimento” e “Casa da Mulher Brasileira”. Foram encontrados 274 artigos sobre violência doméstica, 59 sobre acolhimento institucional e apenas 2 que mencionavam diretamente a CMB, evidenciando uma lacuna teórica relevante sobre o tema.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA LITERATURA

Foram incluídos artigos publicados em português, entre 2019 e 2025, disponíveis na íntegra e que abordavam aspectos relacionados à atuação psicológica, acolhimento e políticas públicas de enfrentamento à violência. Foram excluídos textos duplicados, resumos de eventos e materiais que não dialogassem diretamente com a temática do estudo.

ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram organizados e analisados segundo a técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), composta por três etapas:

- Pré-análise: leitura flutuante das observações e registros de campo;
- Exploração do material: categorização dos conteúdos emergentes e definição de eixos temáticos;
- Tratamento e interpretação dos resultados: relação das observações empíricas com a literatura científica e os princípios éticos da Psicologia Jurídica.

Como base interpretativa, consideraram-se as contribuições de Saffioti (2004), que compreende o patriarcado como estrutura de poder que sustenta a violência de gênero, e de Scott (2001), ao definir o gênero como categoria histórica de análise, fundamental para compreender a construção da subordinação feminina nas relações sociais.

SÍNTESE METODOLÓGICA

A estratégia metodológica adotada permitiu articular teoria e prática, favorecendo uma compreensão ampliada sobre o funcionamento da CMB e os desafios do acolhimento psicológico em contextos de vulnerabilidade e violência.

O método utilizado demonstra rigor científico e aplicabilidade prática, possibilitando sua reprodução em outros estudos qualitativos voltados à análise institucional e à formação profissional em Psicologia, especialmente nas áreas jurídica e social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A visita técnica possibilitou uma imersão na realidade institucional da CMB e revelou aspectos positivos e desafiadores do funcionamento da unidade. A estrutura física mostrou-se adequada e organizada, favorecendo a privacidade das usuárias, embora a equipe profissional enfrente sobrecarga e escassez de recursos humanos.

A atuação interdisciplinar entre psicologia, serviço social, defensoria e segurança pública destacou-se como um ponto forte. As profissionais demonstraram sensibilidade e compromisso ético, mesmo diante das limitações estruturais. Do ponto de vista formativo, a experiência permitiu compreender a importância da atuação em rede e da escuta qualificada para evitar práticas de revitimização.

O relato evidencia, portanto, a relevância das experiências práticas na formação de psicólogos críticos e comprometidos com os direitos humanos, favorecendo o desenvolvimento de competências para atuação em políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero.

CONCLUSÃO

A experiência vivenciada na Casa da Mulher Brasileira (CMB) possibilitou compreender, de forma concreta, como a articulação entre Psicologia, Serviço Social, Direito e políticas públicas pode se efetivar no enfrentamento à violência contra a mulher. Observou-se que o acolhimento institucional, quando pautado na escuta sensível, no respeito à singularidade e no compromisso ético com o sujeito, representa um elemento essencial na reconstrução da autonomia e na reparação simbólica das vítimas.

A visita técnica também evidenciou desafios estruturais e humanos enfrentados pelas equipes multiprofissionais, como a sobrecarga de atendimentos, a carência de recursos e a necessidade de formação continuada voltada à escuta clínica em contextos de vulnerabilidade. Tais fatores interferem diretamente na qualidade do acolhimento e revelam a importância de integrar práticas psicológicas às políticas públicas de proteção e empoderamento feminino.

No campo acadêmico, a atividade mostrou-se um instrumento formativo potente, permitindo aos estudantes vivenciarem a interseção entre teoria e prática, ética e técnica, ampliando o olhar crítico sobre o papel social do psicólogo jurídico.

Os achados indicam a escassez de produções científicas sobre a atuação da Psicologia na Casa da Mulher Brasileira, configurando uma lacuna relevante na literatura nacional. Assim, recomenda-se que novas pesquisas aprofundem a análise sobre as práticas de acolhimento psicológico nesse contexto, bem como sobre os impactos subjetivos e institucionais do atendimento a mulheres em situação de violência.

Conclui-se, portanto, que a experiência contribui não apenas para o fortalecimento da formação acadêmica e ética dos futuros profissionais, mas também para a reflexão sobre modelos de cuidado integrados, humanizados e interdisciplinares, fundamentais à efetividade das políticas públicas voltadas à proteção e à dignidade das mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 31 out. 2025.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Programa Mulher: viver sem violência. Brasília, DF: SPM, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/mulheres/politicas/programa-mulher-viver-sem-violencia>. Acesso em: 31 out. 2025.

CHAKIAN, S. R. A revitimização institucional da mulher vítima de violência doméstica: um olhar jurídico e psicológico. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 27, n. 159, p. 97–122, 2019. DOI: <https://doi.org/10.55892/jrg.v7i14.1212>.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de ética profissional do psicólogo. Brasília, DF: CFP, 2019. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/07/Codigo-de-Etica-Profissional-do-Psicologo.pdf>. Acesso em: 31 out. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário brasileiro de segurança pública 2021. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 31 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Relatório mundial sobre violência e saúde. Genebra: OMS, 2002. Disponível em: https://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/. Acesso em: 31 out. 2025.

RAMOS, A. P. Políticas públicas e violência contra a mulher: desafios contemporâneos. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 743–769, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/743-769>.

RODRIGUES, M. C. A atuação da Casa da Mulher Brasileira no enfrentamento à violência de gênero. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. e55123, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n155123>.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 71–99, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-31432001000200004>.

TOLLEFSBOLL, T. O. (Ed.). Biological aging: methods and protocols. New Jersey: Humana Press, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-1-59745-361-5>.